



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS DE CAMPINA GRANDE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

EDILMA MARINHO RIBEIRO GOMES

IMPACTOS DO PROJÓVEM CAMPO-SABERES DA TERRA NA VIDA DOS  
EDUCANDOS DO PROGRAMA EM UMA COMUNIDADE DE GADO BRAVO-PB.

Campina Grande

2014

EDILMA MARINHO RIBEIRO GOMES

IMPACTOS DO PROJÓVEM CAMPO-SABERES DA TERRA NA VIDA DOS  
EDUCANDOS DO PROGRAMA EM UMA COMUNIDADE DE GADO BRAVO-PB.

Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
especialista.

Orientador: Prof. M.e. José Marciano Monteiro

Campina Grande

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633i Gomes, Edilma Marinho Ribeiro  
Impactos do Projovem Campo-Saberes da Terra na vida dos educandos do Programa em uma comunidade de Gado Bravo - PB [manuscrito] / Edilma Marinho Ribeiro Gomes. - 2014.  
35 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.  
"Orientação: Prof. Me. José Marciano Monteiro, Unidade Acadêmica de Educação do Campo".

1.Educação do campo. 2.Políticas públicas. 3.Pedagogia da alternância. I. Título.

21. ed. CDD 372

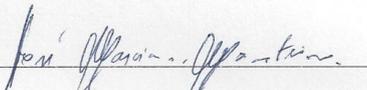
EDILMA MARINHO RIBEIRO GOMES

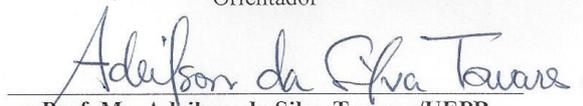
IMPACTOS DO PROJÓVEM CAMPO-SABERES DA TERRA NA VIDA DOS  
EDUCANDOS DO PROGRAMA EM UMA COMUNIDADE DE GADO BRAVO-PB.

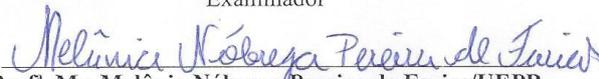
Monografia apresentada como requisito para  
obtenção do título de especialista pela Universidade  
Estadual da Paraíba.

**Orientador:** Prof. Ms. José Marciano Monteiro

Monografia Aprovada em: 06 / 12 / 2014

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. José Marciano Monteiro/UFCC  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Adelson da Silva Tavares/UEPB  
Examinador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Melânia Nóbrega Pereira de Farias/UEPB  
Examinador

Campina Grande - PB, 06 de dezembro de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, grande força que me dá vida, coragem e determinação.

A Messias, grande companheiro de jornada e incentivador constante para a realização dos meus projetos.

Ao meu orientador, Marciano, pela ajuda indispensável na realização deste trabalho.

À minha família pelo apoio sempre presente.

Aos meus amigos e amigas pela presença inegável na minha vida.

Aos educandos e educandas do ProJovem Campo – Saberes da Terra de Lagoa de Dentro/Gado Bravo - PB que permitiram que suas histórias fossem construídas no processo de efetivação do programa e recontadas após o término dele.

A todos aqueles que cruzaram o meu caminho e contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos de um programa federal desenvolvido em parceria com Estados e municípios denominado ProJovem Campo - Saberes da Terra. Ele é um programa de escolarização voltado para os jovens agricultores familiares que não concluíram o ensino fundamental, mas que tenham desenvolvidas as habilidades de leitura e escrita, e de realizar as operações básicas da matemática. Como caminho metodológico fez-se uso da pesquisa documental, tendo como objeto de análise os materiais que foram utilizados na construção da proposta a nível nacional. Além disso, recorreu-se a observação da implantação da Política Pública no município de Gado Bravo. Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo de cunho documental e memorialístico através do qual buscamos responder como e de que forma o Projovem Campo – Saberes da Terra impactou nas relações sociais e econômicas dos agricultores familiares da comunidade Lagoa de Dentro, em Gado Bravo - PB. Para isso, nos fundamentamos teoricamente em Caldart (2010), Molina (2010), Nascimento (s/d) e Fernandes (2006). Constatamos que os educandos receberam um aparato teórico que os possibilita desenvolver atividades econômicas produtivas que permitam uma melhoria em suas rendas através de sistemas de criação de aves e outras atividades rentáveis. Constata-se, também, que um dos grandes impactos negativos está no não fornecimento de certificação de conclusão de curso aos agricultores familiares que participaram do programa pelos órgãos competentes do Estado, tendo em vista que a ausência de escolarização comprovada e legitimada a partir de diplomas impossibilita-os de continuarem a jornada escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo. Políticas Públicas. Pedagogia da Alternância.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the impacts of a federal program developed in partnership with states and municipalities named “ProJovem Campo – Saberes da Terra”. It is an education program and targets young family farmers who have not completed primary education but have developed the skills of reading and writing, and can perform basic math operations. Concerning methodology, it is a documentary research and analyzes the materials that were used in the construction of the national level proposal for the program. In addition, the implementation of this public policy was observed in the city of Gado Bravo. It is therefore a qualitative study of documentary and memorialist nature through which we seek to answer how and in what way “ProJovem Campo – Saberes da Terra” impacted on social and economic relations of family farmers in Lagoa de Dentro community, in Gado Bravo – PB. For this, we base the theory on Caldart (2010), Molina (2010), Nascimento and Fernandes (2006). We found that the students were given a theoretical apparatus that enables them to develop productive economic activities that improve on their incomes through poultry and other profitable activities systems. It appears, too, that one of the major negative impacts is that the course conclusion certification is not supplied by the competent bodies to family farmers who participated in the state program and, given that lack of education proven and legitimated from degrees, it prevents them from going forward on their schooling.

**KEYWORDS:** Countryside Education. Public Policies. Trade-Off Teaching.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>07</b>
<b>2. CAPÍTULO I</b>	
<b>A EDUCAÇÃO DO CAMPO</b> .....	<b>10</b>
2.1. O surgimento da proposta. _____	<b>10</b>
2.2. A Educação do Campo e a agricultura familiar. _____	<b>13</b>
<b>3. CAPÍTULO II</b>	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>17</b>
3.1. Políticas públicas e Educação do Campo. _____	<b>17</b>
<b>4. CAPÍTULO III</b>	
<b>O PROJOVEM CAMPO-SABERES DA TERRA</b> .....	<b>19</b>
4.1. ProJovem Campo - Saberes da Terra. _____	<b>19</b>
4.2. A proposta pedagógica do programa. _____	<b>22</b>
4.3. A sua implementação. _____	<b>23</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>33</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>34</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Analisando a situação educacional do país no que tange à educação oferecida no meio rural, encontramos ainda na república velha propostas para propiciar o acesso à escola aos habitantes desse meio, no entanto, essas propostas estão muito longe de corresponderem ao que temos atualmente em se tratando de ideais e ideias para a educação oferecida ao homem do campo, pois de alguma forma a “antiga” escola não queria um cidadão emancipado, mas um homem preso àquela realidade socioeconômica que lhe rodeava, contentando-se com o mínimo que o Estado ou os seus “patrões” quisessem oferecer.

Fruto da luta e das conquistas dos camponeses, amparada, sobretudo pela força, pelas reivindicações e pelas ações dos movimentos sociais, a Educação do Campo é algo ainda novo no nosso país. De acordo com Fernandes<sup>1</sup>, em 1995 o conceito de Educação do Campo ainda não existia no Brasil, o “batismo coletivo” dessa concepção de educação voltada para atender as necessidades do homem do campo de não ter de abandonar o lugar onde mora para ter acesso à educação e a necessidade de fazer parte, de também construir o conhecimento difundido entre seus semelhantes, tendo valorizada a sua forma de vida, dando enfoque às suas relações sociais, acontece em 1988 na I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

Caminhou-se alguns passos na tentativa de uma efetivação do direito à educação no ambiente em que vive o homem do campo e em 2007, o governo lança um programa para atender a essa demanda: O Projovem Campo – Saberes da Terra. Ele surge como fruto da junção de outros programas (Agente Jovem, Saberes da Terra) e passa a integrar a Política Nacional de Inclusão de Jovens. Sua meta é a escolarização de 5000 jovens agricultores familiares em nível fundamental.

O programa é desenvolvido nos moldes da Educação de Jovens e Adultos - EJA, integrado à qualificação social e profissional e representa a oportunidade clara e acessível de

---

<sup>1</sup> Fernandes, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território. In: Molina, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. (p. 29).

possibilitar aos agricultores familiares a sua inserção no meio educacional comum e de possibilitar-lhes a apropriação e o desenvolvimento de meios de sobrevivência em suas comunidades, tendo como foco a agricultura familiar, mas também a produção de outras formas de sobreviver, de forma integrada com a prática agrícola.

Organização curricular do programa é fundamentada no eixo-articulador: Agricultura Familiar e Sustentabilidade e se organiza com base em cinco eixos-temáticos. São eles: Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Sistemas de Produção e processos de trabalho no campo; Cidadania, organização social e políticas públicas; Economia solidária e Desenvolvimento sustentável com enfoque territorial.

Na Paraíba, o programa foi executado entre os anos de 2010 e 2012. Ele foi organizado e dividido em cinquenta turmas, localizadas em 50 municípios distintos. A título de acompanhamento e organização, essas turmas foram divididas em cinco pólos: João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Bananeiras e Areia.

O nosso objeto de estudo nesse trabalho consiste em estudar como e de que forma o Projovem Campo – Saberes da Terra impactou nas relações sociais e econômicas dos agricultores familiares da comunidade Lagoa de Dentro, em Gado Bravo - PB. Para tal finalidade, vamos analisar a influência do Projovem Campo – Saberes da Terra no desenvolvimento sócio-cultural e econômico da localidade mencionada na tentativa de entender a importância individual e social que o programa teve para os educandos.

A escolha por esse objeto de estudo se justifica pelo fato de acreditarmos que o programa impactou positivamente no desenvolvimento técnico, escolar e social dos educandos, mas não chegou a se configurar como um meio desencadeador de desenvolvimento econômico para os eles e os demais moradores da localidade onde funcionou o programa, na medida em que as atividades do mesmo, por vezes, se estendiam ao contato direto com os demais habitantes do local onde funcionava a sala de aula destinada ao desenvolvimento das atividades educativas.

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo e se dará através do estudo de caso. Ela se apresentará dividida em três capítulos: no primeiro capítulo, falaremos sobre o processo histórico que envolveu a criação e a execução de uma Educação voltada para o Campo; no segundo capítulo, traremos dados sobre as políticas públicas e a sua implantação aqui no país;

e no terceiro trataremos da organização pedagógica do Projovem Campo – Saberes da Terra e da sua execução na Paraíba, compreendida entre os anos 2010 e 2012, contemplando os impactos que o mesmo gerou nas vivências individuais e sociais dos (as) educandos (as) atendidos (as) por ele.

## CAPÍTULO I

### A EDUCAÇÃO DO CAMPO

#### 2.1. O surgimento da proposta.

Desde a década de 30 do século passado, programas de escolarização populares começam a ganhar corpo no Brasil, mas foi lento o processo para que se chegasse a uma concepção de Educação voltada para o Campo. Antes, concebida como Educação Rural, esta nomenclatura muda quando mudou a visão dos camponeses e dos movimentos sociais a partir do momento em que começam a mostrar, como afirmam Antonio e Lucini (2007, p. 7), uma “nova concepção do rural, não mais como lugar de atraso, mas de produção da vida em seus mais variados aspectos: culturais, sociais e políticos”. O movimento de escolarização do homem do campo para atender a demandas governamentais de permanência do homem no campo foi denominado de Ruralismo Pedagógico e não se configurava como uma política de Estado que visasse a assegurar educação pública e de qualidade para os camponeses, era uma alternativa que expressava apenas o que queriam e o que pensavam acerca dos camponeses os seres que usavam o poder e as ideologias estatais no início do século XX.

De acordo com Nascimento,

Do Estado Novo à chamada Primeira Redemocratização do Brasil (1945-1964) a educação rural foi palco de algumas iniciativas, tais como: a criação da CBAR (Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais) que seria o embrião da ABCAR (Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) que surge em 1956. Outra iniciativa que surge neste cenário é o Programa de Extensão Rural nos moldes norte-americanos e com interesses para formar empresas familiares no meio rural.

(NASCIMENTO, s/d, p. 5)

O programa de extensão rural não sinalizou para nenhum grande avanço no que tange ao meio educacional do homem do campo porque os grupos políticos impediram uma

maior expressividade do movimento agrário do país. Na década de 50, os avanços foram poucos, mas segundo Nascimento, começam a surgir movimentos de resistência, quais sejam:

Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB) que tinham ligação profunda com as Ligas Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras organizações. Essa resistência teve seu auge com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural com a Lei 4.214/63. Esses movimentos foram importantes para o surgimento de grupos de alfabetização de adultos e de educação popular.

(Ibid., s/d, p. 6)

Instalado o momento da Ditadura Militar no país em 1964, esses movimentos de resistência começaram a ser reprimidos e desarticulados e com isso, enfraquece-se naturalmente as idéias de uma educação popular. No entanto, diante dos números elevados da taxa de analfabetismo, o governo militar instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Esse programa se caracterizou basicamente por uma campanha de alfabetização em massa, sem nenhum compromisso com o processo efetivo de escolarização. Outro fator que incomodou o governo na década de 60 foi o grande fluxo migratório que levava muitos camponeses a abandonar o campo e irem para a cidade.

É na segunda metade do século XX que surgem dois grandes impulsionadores da busca pelos direitos do homem do campo, a saber: CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975 e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 1984. Porém, é apenas na década de 90 que essas organizações, com o apoio de ONGs como a CNBB e de organizações ligadas à ONU, a exemplo da UNICEF e UNESCO, começam a organizar conferências e fóruns para que se buscasse alternativas para o meio rural e para a educação oferecida nele e para ele.

Entre essas conferências e eventos, destacamos o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária - ENERA (promovido pelo MST e realizado em Brasília em 1997) e as Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo I (realizada em Goiás em 1998) e II (realizada em agosto de 2004 em Goiás). A partir da primeira Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, surge o Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária ainda em 1998 e a segunda conferência foi realizada no mesmo ano em que o Ministério da Educação (MEC) cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), secretaria essa onde existe a coordenação de Educação do Campo

A criação de um projeto de Educação do Campo emerge, pois, da luta de milhares de camponeses, reunidos em movimentos sociais organizados, com destaque para aqueles movimentos que lutam pela reforma agrária e particularmente o MST. Este último com todo o seu aparato ideológico e práticas sociais, como a Pedagogia do Movimento que fornecem à ideia de pensar uma educação para o homem do campo bases sólidas para sustentar uma ideologia. Esta última revela a força dos movimentos sociais do campo brasileiro ao buscar uma educação pública que através da disseminação de valores humanos, da busca pelo desenvolvimento rural local sustentável, valorize o que se produz em termos de identidade e cultura no campo.

A Educação do Campo traz consigo a “possibilidade efetiva de os camponeses assumirem a condição de sujeitos de seu próprio projeto educativo; de aprenderem a pensar seu trabalho, seu lugar, seu país, e sua educação” (CALDART, 2004. p. 18). Isso reforça a condição de não estarem mais os homens do campo dispostos ou colocados na condição de objeto de um sistema político e social que vê o campo como lugar do “atraso”, sem cultura e de fácil manipulação. Dessa forma, propiciar aos camponeses uma educação que se volte para a valorização de seus valores, de sua coletividade, é oferecer-lhes meios para se autoafirmarem como sujeitos da sua história.

Os projetos de Educação do Campo se organizam através de tema gerador ou eixo temático, que compreende também parte do projeto de desenvolvimento que se queira dar ênfase nos lugares sociais do campo. Em consonância com o que afirmamos, vejamos o que nos diz Caldart (2004):

[...] em vez de pensar uma ação pedagógica para dinamizar ou "modernizar" a sociedade rural, como é a visão da chamada educação rural, o que temos que pensar é em ações pedagógicas sintonizadas com a dinâmica social do campo, acelerada pela presença dos movimentos sociais. Isto implica em todo um outro tipo de reflexão pedagógica e metodológica a ser feita em cada um dos espaços intencionais de educação, incluindo a escola.

(CALDART, 2004, p. 20)

O que se deseja é educar não apenas para o trabalho no campo (construção de projetos e realização de trabalhos de desenvolvimento local e regional), mas formar cidadãos conscientes do seu papel social, conscientes da sua identidade.

A Educação do Campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas.

(Ibid., 2004, p. 21)

Para aqueles que pensam a Educação do Campo, principalmente os movimentos sociais e sindicais do campo, a educação compreende mais coisas do que a escola, ela deve funcionar como um processo de humanização, propiciando aos educandos um meio de desalienação, consciência política para cobrar e vivenciar a democratização do acesso e da produção de bens culturais. Vejamos o que afirma Molina (2010) acerca disso:

Essa participação dos Movimentos Sociais e de suas lutas pela igualdade explicita que a Educação do Campo não é somente um projeto educativo, uma modalidade de ensino; ela é uma perspectiva de transformação social, um horizonte de mudança nas relações sociais não só no campo, mas na sociedade brasileira, projetada pelos sujeitos coletivos de direito que a protagonizam.

(MOLINA, 2010, p. 140)

A Educação do Campo deve ser, pois, um meio pelo qual os (as) educandos (as) compreendam seu papel social, seu papel de cidadãos e cobrem, porque ainda é necessário, que seus direitos sejam assegurados, inclusive o direito de preservar ou não a sua cultura, mas que seja feito de forma consciente, de modo que ele se torne agente do processo do qual é também paciente.

## **2.2. A Educação do Campo e a agricultura familiar.**

Historicamente o acesso à educação básica nas comunidades rurais foi negado à população que vive nesses locais. Esse fator é influenciado, sobretudo pela também histórica desvalorização do homem do campo, tendo em vista que esse espaço geográfico brasileiro esteve sempre aliado à ideia de atraso, e, por isso, desvalorizado por aqueles homens públicos que podiam transformar a vida dos camponeses, dos agricultores em uma vida mais digna, com deveres e, principalmente direitos assegurados pelo poder público em qualquer um dos seus níveis.

Investimentos, desde o início da história do nosso país foram vistos como meios de propiciar o “desenvolvimento urbano” através de estruturas materiais (asfalto, saneamento, construções civis etc.) e de estruturas imateriais (a garantia do direito à saúde, direito de reivindicar seus direitos, direito à educação etc.). Isso porque o modelo urbano era o modelo de prestígio, era o modelo que não sofria discriminação, fator que fez com que o que se opusesse ao urbano (o rural) fosse desvalorizado.

Desse modo, em matéria de educação escolar, os conhecimentos tidos como prioritários nas precárias escolas do campo estiveram limitados a nada mais do que aqueles difundidos, bem como as metodologias desenvolvidas para aplicação nas escolas situadas num contexto urbano. Essa educação, recortada do meio urbano e colada no universo rural se mostra insuficiente à medida que não torna os seus aprendizes capazes de continuar as lições que receberam dos pais e nem dá conta de qualificá-los para os possíveis empregos no universo urbano.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra foi o instrumento pelo qual o Governo Federal se propôs a garantir o direito do acesso à escolarização nas comunidades rurais aos jovens agricultores familiares<sup>2</sup>. De acordo com a lei 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu parágrafo terceiro, agricultor (a) familiar é:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

---

<sup>2</sup> A faixa etária compreendida pelo programa dava conta da escolarização de jovens entre 18 e 29 anos.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

(BRASIL, 2006, p. 1-2)

É com esses agricultores familiares, com os homens e mulheres que vivem no campo, que o Brasil tem uma dívida histórica e é inicialmente com o Saberes da Terra e depois com o ProJovem Campo – Saberes da Terra que ele sinaliza para a “tentativa” de saldar essa dívida, tendo em vista que a proposta com essas políticas públicas<sup>3</sup>, advinda principalmente dos movimentos sociais do campo, é que nesses projetos de Educação do Campo seja indispensável o vínculo entre a educação e um projeto de desenvolvimento do campo.

Na prática, pensar um projeto como esses se torna possível quando pensamos que uma das formas privilegiadas em qualquer projeto de educação do campo é a Pedagogia da Alternância<sup>4</sup>, meio pelo qual se consegue articular conteúdos pedagógicos do currículo escolar às vivências da população rural. Por isso, deve a escola estar diretamente associada à vida da comunidade na qual encontra-se situada. Observemos o que no diz Caldart (2010) acerca disso:

Sim, a escola deve estar em todos os lugares, em todos os tempos da vida, para todas as pessoas. O campo é um lugar, seus trabalhadores também têm

---

<sup>3</sup> Falaremos acerca de políticas públicas no próximo capítulo.

<sup>4</sup> A Pedagogia da Alternância está descrita no caderno Percurso Formativo do ProJovem Campo - Saberes da Terra como a metodologia que combina períodos integrados de formação na escola e formação na família/comunidade, possibilitando um trabalho pedagógico realizado com alternâncias.

direito de ter a escola em seu próprio lugar e de serem respeitados quando nela entram e não expulsos dela pelo que são. Como lugar de educação, a escola não pode trabalhar “em tese” – como instituição, cuja forma e conteúdo valem em si mesmos, em qualquer tempo e lugar, com qualquer pessoa, desenvolvendo uma “educação” a-histórica, despolitizada (ou falsamente despolitizada), asséptica...

(CALDART, 2010, p. 113)

Diferentemente da concepção de Educação Rural, na Educação do Campo os trabalhadores rurais se tornam os sujeitos protagonistas da sua história na medida em que opinam e interferem na forma e no formato da política pensada para a Educação do Campo.

## CAPÍTULO II

### POLÍTICAS PÚBLICAS

#### 3.1. Políticas públicas e Educação do Campo.

Políticas públicas são ações do Estado que constituem-se em planejamentos ou formulações, implementação e avaliação de ações ou projetos que tenham como objetivo materializar a presença e a ação do Estado na vida de grupos de indivíduos. As populações rurais careceram historicamente de apoio e investimentos governamentais, assim como careceram as populações urbanas. A essa última, os investimentos e o apoio estiveram sempre presentes e àquela, nota-se um negligenciamento do Estado no assegurar que todos tenham acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação. É a respeito desse último direito que trata a fala de Azevedo (1997 *apud* Molina, 2010, p. 143),

A complexidade das condições socioeconômicas e educacionais das populações rurais exige a elaboração de Políticas Públicas que busquem suprir as enormes desigualdades no direito ao acesso e à permanência na escola. Diferentes estudos mostram a precariedade e a ausência do direito à educação escolar no campo. E, apesar da compreensão de educação contida nas práticas e na elaboração teórica que tem estruturado o conceito Educação do Campo, estender-se para muito além da dimensão escolar, reconhecendo e valorizando as diferentes dimensões formativas presentes nos processos de reprodução social nos quais estão envolvidos os sujeitos sociais do campo, parte relevante desse movimento necessita e tem se dado em torno da luta pela redução das intensas desigualdades e da precariedade do direito à educação escolar, nos diferentes níveis, no meio rural, o que exige a elaboração de Políticas Públicas.

(MOLINA, 2010, p. 146)

Acerca das políticas públicas, Molina (2010) considera que:

[...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar, que, por isso, guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Segunda essa ótica, as políticas públicas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico ou, melhor dizendo, com o sistema de significações que

é próprio de uma determinada realidade social. As representações sociais dominantes fornecem valores, normas e símbolos que estruturam as relações sociais e, como tal, se fazem presentes no sistema de dominação, atribuindo significados à definição social da realidade, que vai orientar os processos de decisão, formulação e implementação das políticas públicas.

(Ibid., 2010, p. 143)

Entendemos, portanto, que a política pública (no caso específico, o ProJovem Campo – Saberes da Terra) deve atuar no sentido de minimizar ou extinguir os prejuízos enfrentados pela população que vive no campo pela ausência do acesso ao ensino básico e também pela falta de oportunidades de seguir uma formação acadêmica em nível superior, ambos os níveis escolares associados às atividades que desenvolvem nas comunidades rurais. Essa forma de pensar encontra respaldo naqueles que idealizaram e fazem (constroem) o movimento da Educação do Campo.

Faz-se necessário ressaltar que a criação e a execução de políticas públicas é apenas início de uma jornada que tem início na reivindicação dos povos do campo, que passou a ser reconhecida e “pensada” por órgãos do governo federal e a ser colocada em prática através de programas como o Saberes da Terra e, posteriormente, o ProJovem Campo – Saberes da Terra. A respeito disso, Molina (2010), afirma:

A clareza de que o horizonte final não são as Políticas Públicas, mas que elas podem ser meio importante para fazer avançar a luta maior e acumular forças para transformações estruturais, é necessário para não se perder no processo.

(MOLINA, 2010, p. 148)

A política pública voltada para garantir o direito do povo que vive no campo a uma educação digna que não os aliene deve, pois, passar a ser entendida como ponto de partida para uma mudança na forma de pensar e conceber a educação para e os povos que habitam o campo brasileiro: os quilombolas, os ribeirinhos, os pescadores etc. como um direito inalienável desses sujeitos e, por isso mesmo, que seja legitimado pelas práticas sociais através na mudança na mentalidade da grande sociedade e nas estruturas do governo.

## CAPÍTULO III

### O PROJOVEM CAMPO-SABERES DA TERRA

#### 4.1. ProJovem Campo - Saberes da Terra

É a partir das ideias postas anteriormente que surge o programa do governo federal, realizado em parcerias com Estados e Municípios. Inicialmente, com o intuito de respeitar os direitos dos povos do campo à educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) implantou entre os anos de 2005 e 2006 o programa Saberes da Terra como projeto piloto; em 2007, a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República criou o programa integrado da juventude, no qual se integrou seis programas que já existiam, são eles: *Agente Jovem* do Ministério do Combate à Fome; *ProJovem* da Casa Civil; *Saberes da Terra* e *Escola de Fábrica* do Ministério da Educação e *Consórcio Social da Juventude* e *Juventude Cidadã* do Ministério do Trabalho e Emprego. Dessa forma, instituiu-se, através da Medida Provisória nº 411/07, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens-PROJOVEM, que está organizado em quatro diferentes modalidades: a) ProJovem Adolescente; b) ProJovem Urbano; c) ProJovem Trabalhador e d) ProJovem Campo – Saberes da Terra.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra visa a elevação da escolaridade dos jovens camponeses, tendo em vista que ele conclua o ensino fundamental, mas além disso, também é associado à qualificação social e profissional, no intuito de potencializá-los para o desenvolvimento sustentável e solidário de suas famílias e de sua comunidade.

Pedagogicamente, o tempo de formação dos camponeses através do programa está dividido em *tempo escola* e *tempo comunidade*. O primeiro compreende o tempo em que os educandos permanecem no espaço escolar, em contato com os saberes sistematizados, o segundo tempo mencionado consiste no momento em que os educandos partilham seus conhecimentos, de forma prática, na comunidade.

A carga horária da formação compreende 2.400 horas, das quais 1.800 são reservadas para o tempo escola e 600 horas para o tempo comunidade. As disciplinas oferecidas nessa formação são: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Ciências Agrárias.

A proposta e a implantação do programa trata-se da implementação de direitos educacionais já postos na lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. É no artigo quarto dessa que encontramos que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

[...]

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

(BRASIL, 2010, p. 09)

No que tange à Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino em que se desenvolve o ProJovem Campo – Saberes da Terra, no artigo 37 da LDB vemos que ela destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e que deve ter seu acesso assegurado gratuitamente pelo poder público, devendo ser articulada a uma proposta de educação de cunho profissionalizante.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

(Ibid., 2010, p. 32-33)

Quanto às especificidades da Educação do Campo, a mesma lei estabelece no artigo 28 as mudanças necessárias para a efetivação de um processo organizado que vai desde

currículo e metodologias apropriados às necessidades e aos interesses dos camponeses e a adequação do tempo e período das aulas às condições climáticas e ao ciclo agrícola. Vejamos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

(Ibid., 2010, p. 25)

Cabe ressaltar que a adequação do calendário escolar obedecendo aos critérios mencionados no parágrafo citado anteriormente não deve ser responsável pela redução do número de horas/aulas previstos na própria LDB para que não haja prejuízo aos educandos.

Para que acontecesse a efetivação do ProJovem Campo – Saberes da Terra, foi criada uma Coordenação Executiva Nacional do Programa, que ficou com a tarefa de articular e gerir a rede de formação; os executores do programa (Estados e Municípios) devem garantir as condições necessárias para a implementação da formação continuada – com 360 horas de duração - que deve ter etapa inicial de 40 horas, acrescida das 320 restantes ao longo de dois anos através de módulos em sequência que permitam a certificação em nível de extensão universitária e/ou pós-graduação lato sensu.

A formação continuada de professores e coordenadores do programa deve ser oferecida por instituições públicas de ensino superior, que além dela devem produzir e reproduzir os materiais didáticos a serem usados; realizar acompanhamento pedagógico e outras informações do funcionamento das turmas em sistema de acompanhamento e monitoramento do programa e participar da comissão pedagógica estadual.

O Ministério da Educação (MEC) dará apoio financeiro aos executores do programa por meio do repasse aos mesmos de 1.200,00 (um mil e duzentos reais) aluno/ano. Esse dinheiro repassado poderá ser aplicado nas ações a seguir: auxílio financeiro para deslocamento de educadores e coordenadores realizadas pelas instituições públicas de ensino superior; aquisição de gêneros alimentícios para o período tempo-escola; transporte de educandos para a frequência aos locais de funcionamento das turmas; certificação dos

educandos; viabilização do transporte dos educadores para acompanhamento do tempo comunidade.

Para participar do ProJovem Campo – Saberes da Terra os critérios que os agricultores familiares devem preencher são: ser alfabetizado (ter domínio da leitura e da escrita e ter noções matemáticas; ser agricultor familiar na faixa etária compreendida entre os 18 e os 29 anos; trabalhar ou residir nas regiões de abrangência do programa; não ter concluído o ensino fundamental e não estar matriculado em curso regular.

#### **4.2. A proposta pedagógica do programa.**

O programa foi criado com meta de atender, até o ano 2011, 275 mil jovens agricultores familiares. Ele tem como objetivo principal desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de juventude que possam oportunizar os (as) jovens agricultores (as) familiares que se encontram em situação de exclusão do sistema formal de ensino.

Os objetivos específicos compreendem: a elevação da escolaridade, proporcionando qualificação profissional inicial de agricultores (as) familiares; o estímulo ao desenvolvimento sustentável como possibilidade de vida, trabalho e constituição de sujeitos cidadãos; o fortalecimento e o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade da EJA no campo; a realização de formação continuada em metodologias e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo para os (as) educadores (as) envolvidos (as) no programa; o fornecimento e a publicação de materiais pedagógicos apropriados ao desenvolvimento da proposta pedagógica; e o estímulo à permanência dos jovens na escola por meio da concessão de auxílio financeiro.<sup>5</sup>

Esses objetivos devem ser cumpridos num processo de contextualização da organização do currículo escolar atentando também para a adequação da (s) metodologia (s) de ensino à realidade dos povos que vivem no campo brasileiro.

---

<sup>5</sup> Os objetivos listados são encontrados no Projeto Político – Pedagógico do programa.

A organização curricular do programa fundamenta-se no eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade, que mantém diálogo com os eixos temáticos: *Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas*. Esses eixos temáticos agregam os conhecimentos teóricos do currículo escolar, dos temas envolvidos e da formação profissional.

No caso específico da formação/qualificação profissional, para que ela seja desenvolvida foi construído um *arco ocupacional*<sup>6</sup> que reúne atividades diversas a serem realizadas pelos agricultores familiares e deve abranger as esferas da produção e da circulação de mercadorias dando conta de sua inserção ocupacional para geração de renda.

Ao final do programa, receberão certificado de conclusão do ensino fundamental com qualificação profissional inicial em produção rural familiar os estudantes que concluírem o processo de formação com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do curso.

Os educandos devem ser avaliados considerando várias dimensões do processo avaliativo, tendo em vista que a avaliação no programa é considerada um processo cumulativo, coletivo, contínuo, permanente e flexível de julgamento e obtenção de informações das ordens quantitativa e qualitativa.

#### **4.3. A sua implementação.**

É no caderno Projeto Político – Pedagógico do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra que encontramos uma definição da política pública representada pelo programa. Diz-se nesse material que o ProJovem Campo – Saberes da Terra destina-se a desenvolver uma política que tem como intuito fortalecer e ampliar o acesso e a permanência de jovens agricultores (as) familiares no sistema formal de ensino.

---

<sup>6</sup> De acordo com o Projeto Político – Pedagógico, os arcos ocupacionais são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, neste caso a agroecologia.

Foi com o discurso de acesso dos agricultores familiares na faixa etária de 18 a 29 anos que os sujeitos que se tornaram educandos (as) do ProJovem Campo – Saberes da Terra da comunidade rural de Lagoa de Dentro receberam o convite para participação/inscrição no programa que seria implantado no mesmo ano, 2010, numa sala de aula na comunidade. Inscreveram-se para participar do programa agricultores (as) dessa comunidade e de outras quatro comunidades circunvizinhas, todos no intuito de retomar o processo de escolarização que fora interrompido ainda quando mais jovens, na maioria das vezes por compromissos familiares adquiridos - as mulheres casaram cedo e tiveram de cuidar dos filhos, não sobrando tempo para ir à escola durante o período diurno; os homens, que também eram casados tinham de passar o dia todo trabalhando para conseguir os recursos financeiros necessários para manter a família; ambos sem ter uma escola que oferecesse aulas para seu nível de ensino à noite, tendo em vista de que os cursos oferecidos nesse horário davam conta apenas do primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental – e em outras vezes, a ausência de estímulos para voltar à sala de aula.

Conscientes da importância de voltar a estudar, entusiasmados para concluir o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental em um local perto de casa e com um auxílio financeiro bimestral de 100, 00 (cem reais) oferecido pela participação no curso a ser iniciado, os (as) educandos (as) estavam eufóricos (as) para o início das aulas.

Enquanto isso, em outra frente de atuação, o governo estadual lançou edital para a seleção de professores para lecionarem no programa. Os profissionais aprovados na seleção tiveram de participar de uma capacitação inicial promovida pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Secretaria de Estado e Cultura da Paraíba e Movimentos Sociais do Campo, a exemplo: MST, CPT e ASA Paraíba. A capacitação foi realizada entre os dias 19 e 22 de janeiro de 2010 e teve carga horária de 40 horas, constituindo-se dessa forma a primeira parte da carga horária já mencionada e que consta no Projeto Político Pedagógico do Programa.

Saídos da capacitação inicial, os (as) educadores (as) que participaram dela não tiveram, em alguns casos, como iniciar as aulas, tendo em vista que em algumas comunidades rurais, principalmente aquelas de difícil acesso, o grupo de professores ainda não estava

formado<sup>7</sup> e tiveram de esperar, pelo menos no pólo estudado, o pólo de Campina Grande, que novos professores fossem selecionados, desta vez, pelos coordenadores de pólo.

Formada a equipe, era a hora de planejar os primeiros contatos com a turma no que compreende o *Tempo Acolhida*. Foi providenciada uma apresentação do programa, que consistia em funcionaria, divisões dos tempo formativos (tempo escola e tempo comunidade), onde as aulas seriam realizadas etc.

As aulas começaram apenas em março de 2010 e a princípio, não houve determinação por parte da Prefeitura Municipal de Gado Bravo do local onde aconteceria as aulas. A comunidade possuía apenas uma escola com uma única sala de aula. O fato não impediu que as mesmas fossem iniciadas e para isso, educadores (as) e agricultores (as) se reuniram embaixo da generosa sombra de uma grande árvore. É o que mostra a foto abaixo.

Imagem 1 - Primeiro encontro entre educadores e educandos (as) do ProJovem Campo – Saberes da Terra do município de Gado Bravo – PB.



Fonte: arquivo pessoal

<sup>7</sup> Deveriam ser quatro os (as) professores (as) do programa: um (a) que lecionasse Língua Portuguesa, um (a) que lecionasse Ciências e Matemática, um (a) que lecionasse História e Geografia e outro que ficasse responsável pelas aulas voltadas para o currículo de Ciências Agrárias.

Esse encontro inicial precedeu outros, ainda nesse mesmo ambiente, enquanto os envolvidos no projeto planejavam as visitas que todos fariam às propriedades de cada educando (a), num processo de interação, mas, principalmente, no intuito de analisar as possibilidades de mudança a partir da vivência no ProJovem e de projetos individuais e /ou coletivos de construção de formas de conseguir que a família pudesse desenvolver alguma atividade agrícola rentável, evitando assim que o êxodo rural fosse uma saída importante para que o homem do campo pudesse sobreviver com condições dignas.

Agricultores (as) familiares que não haviam se inscrito no programa na sua fase inicial procuraram os professores para tentar conseguir uma vaga, mas a turma, que contava com 35 inscritos na fase inicial e sem nenhuma desistência até a terceira semana de aulas não podia acolhê-los. Tecnicamente, seria inviável mantê-los na interação com a turma do ProJovem.

No segundo mês de aulas, as mesmas começaram a ser realizadas na Associação dos Artesãos da comunidade. A prefeitura municipal doou para o programa: quadro-negro, giz, cadeiras, lápis grafite, cadernos e material de limpeza.

Imagem 2 - Associação dos artesãos de Lagoa de Dentro.



Fonte: arquivo pessoal

Tiveram de dividir o espaço com as máquinas que estavam no local, mas a essa altura, já havia algumas desistências de educandos: uns porque receberam um convite para trabalhar de forma assalariada e outros pelo fato de não haverem recebido a bolsa do programa, que acreditavam receber a cada final de mês (na verdade, a bolsa-auxílio deveria ser paga a cada bimestre, como consta no Projeto Político – Pedagógico do Programa).

Imagem 3 - Educandas em sala de aula.



Fonte: arquivo pessoal.

Era em sala de aula que educandos (as) recebiam as informações necessárias ao seu desenvolvimento escolar a nível de currículo e de formação humana, mas era também da sala de aula que partiam as discussões sobre o que fazer no tempo comunidade. Foi nesse espaço que as relações sociais entre os envolvidos começaram a se estreitar e os (as) educandos (as) passaram a desenvolver habilidades até então desconhecidas para nós, que atuávamos no programa, como a prática do falar desinibido, a capacidade de argumentar de forma concisa sobre temas que eram trazidos para discussão etc. As exposições orais foram

um meio desencadeador do desenvolvimento de muitas habilidades individuais, bem como a realização de trabalhos (pesquisas, resoluções de exercícios) em grupos.

Entre tantos feitos no tempo comunidade, destacam-se: a visita e a coleta de dados sobre um biodigestor, uma visita de intercâmbio para socialização de tecnologias apropriadas para o cultivo e beneficiamento do algodão colorido e uma visita de intercâmbio para socialização de tecnologias apropriadas para a avicultura alternativa. O biodigestor, instalado ali mesmo na comunidade, mas que muitos deles só puderam entender como funcionava e seu grau de importância, também para o meio ambiente, através dessa aula de campo, uma aula integrada da qual participavam todos os professores do programa, mostrou-se um importante aliado do homem do campo e muitos dos educandos demonstraram interesse em desenvolver e manter um desses em suas propriedades, mas como o projeto não oferecia subsídios para tal coisa e eles não dispunham do dinheiro para fazer o investimento, até a conclusão das aulas, ninguém havia instalado os biodigestores, pois o auxílio que recebiam era insuficiente para montar tal investimento e eles tinham suas demandas familiares para atenderem com o dinheiro recebido. Ressalte-se que durante os seis primeiros meses de execução do programa os educandos não receberam o dinheiro referente às bolsas previstas no projeto, o que os desestimulou bastante e levou metade da turma inicial a desistência, e de outro lado, os professores do programa também partilhavam desse desestímulo, pois não receberam os seus salários nesse mesmo período de funcionamento do programa e tinham apenas o acompanhamento e a assessoria da coordenação de pólo porque não houve mais formação continuada nem acompanhamento por parte das instituições envolvidas com a parte pedagógica do programa.

A visita de intercâmbio para socialização de tecnologias apropriadas para o cultivo e beneficiamento do algodão colorido teve como destino o município de Remígio – PB. Essa visita foi acompanhada de perto e assessorada pela ONG Arribaça, que ofereceu aos visitantes uma palestra sobre o cultivo do algodão colorido e a importância dele para o nosso Estado. A ONG doou alguns sacos da semente de algodão colorido, que foram divididos entre os (as) educandos (as). Esses (as) plantaram parte do algodão em suas terras e outra parte foi estocada, mas a quantidade plantada, devido ao baixíssimo nível de chuvas na região, não ofereceu quantidade de algodão suficiente para que pudesse ser comercializada, sendo também estocada pelos (as) educandos (as).

Imagem 4 - Visita a uma propriedade rural em Remígio – PB.



Fonte: arquivo pessoal.

Imagem 5 - Algodão colorido na sede da Arribaça/Remígio – PB.



Fonte: arquivo pessoal.

A visita de intercâmbio para socialização de tecnologias apropriadas para a avicultura alternativa foi feita em março de 2011 a um agricultor familiar do município de Queimadas – PB. Nesse momento, a turma contava apenas com as educandas, pois todos os homens que participavam do programa já haviam saído. Cabe destacar que ela foi realizada atendendo a demandas das próprias educandas que tinham ou pensavam em desenvolver um projeto de desenvolvimento econômico dessa ordem. Através dela, as educandas que já criavam aves tiraram suas dúvidas sobre manejo dos animais, mecanismos de comercialização, tendo em vista que o agricultor que nos recebeu era membro de uma associação de criadores de aves.

Essa terceira visita se deu quando a quantidade de educandos (as) do programa já estava muito reduzida: os educandos ficaram mais de seis meses sem receber suas bolsas de estudo, o que impossibilitou o deslocamento daqueles que eram de outras comunidades, tendo em vista que não havia como investirem dinheiro para se deslocar cinco dias por semana até o local da sala onde funcionava as aulas; apareceram oportunidades de trabalho para alguns; e outros já não viam mais o projeto como algo que lhes pudesse oferecer algo bom. Cabe destacar que pouquíssimas mulheres desistiram do programa depois de iniciadas as aulas e quando acontecia era para acompanhar os maridos na busca por emprego, mas o grande número de desistência se deu por parte dos homens, que num campo ainda extremamente patriarcal no que tange às relações de trabalho, tinham de garantir o sustento da família. Ficaram assistindo às aulas enquanto tinham poucos dias de trabalho na semana, mas quando a demanda por trabalho aumentou, eles preferiram ganhar dinheiro, já que estando no ProJovem Campo – Saberes da Terra não lhes era possível conseguir renda de imediato.

Em algumas de nossas visitas de intercâmbio, participavam pessoas da comunidade que tinham interesse no tema principal da visita e aqueles que não iam e interagiam com as educandas, ficavam sabendo através delas as informações que necessitavam, num processo de disseminação dos conhecimentos adquiridos pelos participantes desses eventos. Dessa forma, o alcance dos conhecimentos adquiridos através do ProJovem Campo – Saberes da Terra era alargado a um número bem maior de pessoas do que o número de envolvidos diretamente no programa.

Imagem 6 - Visita a uma propriedade rural no município de Queimadas – PB.



Fonte: arquivo pessoal.

Muitos educandos, quando procuravam os professores para desistir do programa mencionavam o que eles nomeavam ser uma situação de descaso. Tudo era improvisado, desde as primeiras aulas embaixo de uma árvore, o prédio onde funcionava as aulas, as bolsas e os salários atrasados, entre outras coisas desestimulantes.

As aulas do programa acabariam em 2011, no entanto, seguindo determinações do órgão responsável a nível estadual pelo programa, GOIESC, educadores e educandas (porque na fase final, havia apenas sete mulheres frequentando normalmente as aulas) tiveram de retomar as suas atividades em sala de aula para que algumas notas fossem atribuídas no intuito de garantir a certificação oferecida pelo programa.

Nesse momento, faz-se necessário que retomemos a discussão sobre o papel das políticas públicas com a ajuda de Molina (2010). Ela afirma que o caráter que deve ser assumido pelas políticas públicas para a Educação do Campo consiste em assegurar

A efetiva promoção do direito à educação, com reais garantias de acesso

e permanência com sucesso e qualidade, em todos os níveis de ensino, para as populações do campo, requererá a adoção de políticas e de programas que sejam capazes de traduzir, na prática da ação do Estado, os princípios da igualdade formal e da igualdade material, determinados na Constituição Federal Brasileira de 1988.

(MOLINA, 2010, p. 147)

Quanto a igualdade formal, material determinadas na Constituição de que trata a pesquisadora, lamentavelmente não pudemos visualizar nas ações práticas do Estado da Paraíba, que até os dias atuais, há mais de dois anos do término da primeira e única edição do programa que evidencia uma política nacional para a inserção de agricultores no sistema formal de ensino, com qualificação profissional, não entregou nenhum certificado aos educandos de todo o Estado que participaram do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra.

É lamentável, triste e desestimulante observar a indignação em rostos onde a alegria voltou a aparecer (com a proposta de retomar os “estudos” que tiveram de ser interrompidos por vários motivos, há muitos anos), mas desapareceu quase por completo depois de observarem que seus direitos mais uma vez foram negados pelo poder público, que não legitimou a sua formação educacional e profissional no que tange ao processo de certificação. As educandas reconhecem que aprenderam muito com o programa; é notório o quanto o programa ajudou a criar laços de amizade e de troca de conhecimentos entre as educandas e entre elas e os demais habitantes das suas localidades. Mas, no que tange aos aspectos educacionais, esperavam continuar estudando e foram impedidas disso pela ausência de documento que comprove a conclusão do ensino fundamental. No campo do desenvolvimento ou potencialização de atividades rentáveis, houve pouco avanço: no campo teórico, elas foram bem aparelhadas (aprenderam a produzir ricota, requeijão, iogurte - já que quase todas possuíam vacas leiteiras em casa), conheceram e tiraram dúvidas sobre uma plantação de algodão colorido, trocaram experiências com um criador de aves, estudaram os princípios da economia solidária através do ProJovem Campo – Saberes, mas este mesmo programa não lhes ofereceu condições materiais de iniciar um projeto capaz de gerar-lhes renda, nem individual nem coletivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande foi a luta dos camponeses e dos movimentos sociais do campo brasileiro para que o Estado parasse de negar direitos a eles, inclusive o acesso a educação pública e de qualidade, que atenda às suas demandas. A sinalização do Governo Federal para o atendimento às reivindicações por uma educação pensada para o povo do campo foi a criação de uma política pública voltada para atender a demanda de milhões de agricultores familiares na faixa etária dos 18 aos 29 anos que não haviam concluído sequer o ensino fundamental. Surge o ProJovem Campo – Saberes da Terra, que deve acontecer em parceria: Governo Federal, Governos Estaduais, Instituições Públicas de Ensino Superior e Movimentos Sociais.

Todos esses parceiros citados foram negligentes com aqueles sujeitos a quem o programa atendeu: movimentos sociais cobraram pouco ou não cobraram a certificação dos educandos do programa, o Governo Federal não exigiu que isso fosse feito, as universidades e o Governo Estadual não tiveram nenhuma atitude no sentido de procurar educandos (e também educadores) para lhes fornecer a certificação prometida nos documentos que regulamentam o programa a nível nacional.

Temos, portanto, uma política pública que não funcionou no Estado da Paraíba, pois apesar de todo o esforço de educandos e educadores para trabalhar e estudar nas mais variadas condições, não tiveram seus direitos enquanto cidadãos reconhecidos e legitimados pelos órgãos competentes.

## REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo: Processos históricos e pedagógicos em relação**. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/ensinar-e-aprender-na-educacao-do-campo-processos-historicos-e-pedagogicos-em-relacao/view>. Acesso em 23 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto político-pedagógico**. Brasília: MEC/SECAD, 2008. (Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Percurso formativo**. Brasília: MEC/SECAD, 2008. (Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 5 ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.emater-ro.com.br/arquivos/publicacoes/31012012165001.pdf>. Acesso em: 02 nov.2014.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. In: Molina, Mônica Castagna e Jesus, Sônia Meire Santos Azevedo de. (organizadoras). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5). Disponível em:

<http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf/Colecao%20Vol%5B5%5D.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010. P. 103-126.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território**. In: Molina, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: [https://www.google.com.br/?gws\\_rd=cr&ei=MpvuUsnzM8OAKQf114HgDQ#q=OS+CAMPO+DA+PESQUISA+EM+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO%3A+ESPA%C3%87O+E+TERRIT%C3%93RIO+COM+CATEGORIAS+ESSENCIAIS+](https://www.google.com.br/?gws_rd=cr&ei=MpvuUsnzM8OAKQf114HgDQ#q=OS+CAMPO+DA+PESQUISA+EM+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO%3A+ESPA%C3%87O+E+TERRIT%C3%93RIO+COM+CATEGORIAS+ESSENCIAIS+). Acesso em: 27 dez. 2013.

MOLINA, Mônica Castagna. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010. P. 137-149.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania Possível?**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3450/2744>. Acesso em: 10 set. 2014.